MINISTÉRIO PÚBLICO
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
ATO DA CORREGEDORA-GERAL

RECOMENDAÇÃO Nº 01

DE 20 DE MARÇO DE 2012.

Recomenda aos Promotores de Justiça que não permitam que seus Assessores Jurídicos ou Estagiários subscrevam quaisquer peças ou manifestações processuais.

A **CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso da atribuição conferida pelo artigo 17, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93 e art. 24, inciso VII da Lei Complementar Estadual nº 106/03,

CONSIDERANDO prática indevida constatada em correições ordinárias,

RESOLVE

RECOMENDAR aos Promotores de Justiça que não permitam que seus Assessores Jurídicos ou Estagiários subscrevam quaisquer peças ou manifestações processuais, atos privativos dos Promotores de Justiça, sendo-lhes permitida, única e exclusivamente, a elaboração das minutas de que tratam as normas veiculadas nas legislações pertinentes.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2012.

MARIA CRISTINA MENEZES DE AZEVEDO
Corregedora-Geral do Ministério Público